

Os empresários micaelenses no século XIX: o exemplo de sucesso de Elias Bensaúde (1807-1868)

1. Elias Bensaúde foi um empresário de sucesso, encontrando-se o seu nome ligado à história dos negócios nas ilhas dos Açores há mais de cento e cinquenta anos.

A notoriedade do seu nome não se deve, contudo, à comprovada excelência da sua conduta empresarial. Ela advém da decisão de os seus herdeiros unirem a casa Herdeiros de Elias Bensaúde, em 1873, à casa Salomão Bensaúde e Filhos, sob a nova designação de Bensaúde & C.^a — a maior empresa do arquipélago desde finais de Oitocentos até aos nossos dias¹.

Seguir o percurso empresarial de Elias Bensaúde é essencial para se tentar compreender a razão do seu sucesso num universo repleto de padrões de empresas minúsculas votadas ao comércio retalhista não especializado, com fracos recursos em capital e com deficientes práticas de gestão. Como conseguiu construir um império? Por que não foi atingido pelas contrariedades que atingiram os seus concorrentes? Quais as inovações que foi capaz de introduzir na sua conduta empresarial? Quando, como e porquê começou a distanciar-se dos seus concorrentes?

Eis algumas das questões a que procuraremos responder, relacionando-as com o facto de Elias Bensaúde seguir a religião hebraica, pertencer à primeira geração de judeus radicados no arquipélago e fazer parte de uma minoria que sofreu algumas dificuldades de integração no universo insular durante os primeiros anos da sua instalação. Deve alertar-se, porém, que apenas sobreviveram da empresa de Elias Bensaúde na ilha de São Miguel, um *livro mestre*, entre 1848 e 1867, e um *copiador de correspondência expedida*, entre 1865 e

* Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores.

¹ Cf. Fátima Sequeira Dias, *Um Percurso de Sucesso Numa Economia Periférica. A Casa Bensaúde e os Açores, 1800-1873*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995 (no prelo).

1867, impossibilitando-nos, assim, respostas cabais e definitivas às perguntas colocadas².

2. Entre os anos 20 e 70 de Oitocentos encontram-se estabelecidos na cidade de Ponta Delgada numerosos comerciantes judeus e ingleses, atraídos pela prosperidade económica desta praça³. Vendendo uma grande variedade de produtos nos numerosos estabelecimentos comerciais espalhados pelas artérias comerciais mais concorridas, esses comerciantes estrangeiros, juntamente com os comerciantes autóctones, vão publicitando, com frequência, na imprensa local as mercadorias vendidas nas suas lojas.

Por exemplo, *O Açoreano Oriental*, semanário publicado na ilha de São Miguel a partir de 1835, inclui, com regularidade, numerosa publicidade comercial. Os comerciantes locais — nacionais e estrangeiros — habituam-se a promover, assim, as suas vendas, ora anunciando os sortimentos recém-chegados «no último barco», ora anunciando as baixas de preços em determinados produtos.

Tomando como referência, por exemplo, o período de 1835 a 1842, verifica-se que os anúncios comerciais incluídos na referida publicação ainda não seguem quaisquer regras publicitárias. Às vezes privilegiam o nome do comerciante, esquecendo a localização do estabelecimento. Outras vezes mencionam a localização do estabelecimento, esquecendo o nome do seu proprietário. Nunca atribuem nomes aos estabelecimentos comerciais, designando-os pelo nome dos seus proprietários ou dos proprietários das casas contíguas. Continuamente, enumeram, de forma pormenorizada, os produtos expostos à venda.

Durante o período em referência, através dos anúncios de publicidade, inventariam-se 103 casas comerciais, pertencendo uma dezena delas a comerciantes estrangeiros. Salão Buzaglo é o único comerciante judeu a anunciar naquele periódico. As lojas (82) dominam sobre os armazéns (21); as mercearias (19) imperam sobre as lojas de fazenda (12) e as lojas de ferragens (8); o comércio retalhista não especializado (53) sobrepõe-se às lojas especializadas na venda de determinados bens (29) e às vendas por atacado (21) ...

Vinte anos mais tarde, tomando por referência o ano de 1860 e seguindo ainda os anúncios comerciais do mesmo semanário, verifica-se que apenas fazem publicidade 69 comerciantes, nove dos quais estrangeiros, sendo Sa-

² O estudo do riquíssimo acervo documental da Casa Bensaúde e Companhia, depositado na Biblioteca e Arquivo da Horta, na ilha do Faial, será fundamental para o integral conhecimento da estratégia empresarial da família Bensaúde no arquipélago no século passado.

³ Cf. José Maria Abecassis, *Genealogia Hebraica. Portugal e Gibraltar, Sécs. XVII a XX*, Lisboa, Livraria Ferin, 1990, 5 vols., e Fátima Sequeira Dias, *Um Percurso de Sucesso Numa Economia Periférica...*, cit., cap. 1.

Iomão Bensaúde e Filhos, Fortunato Nahimas, Mimão Bensaúde e Moisés Benchimol os únicos anunciantes judeus. Inventariam-se anúncios relativos a vendas em casas particulares (2), em armazéns (8), em mercearias (18), em lojas (9), em lojas de fazendas (7), em lojas especializadas (7), em padarias (3), em lojas de ferragens (5) e ainda vendas específicas de vinho (8) e de madeira (2).

Nos anos 30, e ainda nos anos 60, na capital micalense dominavam as lojas de venda a retalho, sem grande especialização e oferecendo uma gama diversificada de produtos — as mercearias vendiam fazendas, as lojas de ferragens vendiam géneros de mercearia e as lojas de fazenda vendiam vidros de vidraça... De resto, as padarias, os granéis de cereais, os fornos de cal e de telha, os depósitos de madeiras, as tendas dos artesãos⁴, os escritórios de consignação, as hospedarias e as tabernas completavam o universo empresarial da capital micalense. Ao longo do período em consideração parece, no entanto, desenhar-se uma certa concentração da actividade comercial.

No final da década de 40, quando a população micalense contava 91 683 habitantes, distribuídos por 22 181 fogos, e a cidade possuía 13 853 habitantes, repartidos por 2295 fogos⁵, os irmãos Bullar descreviam as lojas de Ponta Delgada da seguinte forma: «O rés-do-chão das casas é utilizado para lojas, armazéns ou estrebarias. As lojas recebem a luz pelas portas e não têm montras. Não há aqui, portanto, aquela alegre variedade de frontarias dos estabelecimentos, como na Inglaterra. Pelas portas abertas vêem-se os balcões e prateleiras com as mercadorias. Os sinais indicativos dos diversos ramos de negócio estão pendurados às portas. Numa, por exemplo, vê-se uma dúzia de tiras de algodão estampado presas a um pequeno pau e flutuando ao vento como as fitas do chapéu de um sargento-instrutor. Quer isto dizer que ali dentro está um negociante de fazendas, com os seus panos de algodão, cadarços e meadas. Mais adiante, um pequeno molho de achas, uma réstia de cebolas, algumas cabeças de alho e duas ou três velas penduradas noutro pau indicam uma mercearia. Um sapateiro tem à porta um feixe de

⁴ Cf. *Inquérito Industrial*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, 2.º vol., pp. 380-381: inventário no concelho de Ponta Delgada: albardeiros (2); alfaiates (66); barbeiros (19); cabeleireiros (3); cabouqueiros (68); caiadores (32); calafates (7); calceteiros (4); canteiros (14); carpinteiros (253); cerieiros (1); chapeleiros (3); correeiros (7); dentistas (2); douradores (1); encadernadores (5); entalhadores (5); fábricas de aguardente (7); fábricas de cal (5); fábricas de loiça (1); fábricas de pregos (1); fábricas de sabão (1); fábricas de tabacos (4); ferradores (14); ferreiros (17); fogueteiros (4); torneiros (1); fundidores (3); latoeiros (16); maquinistas (39); marceneiros (70); oleiros (1); ourives (7); padeiros (14); fotógrafos (2); pintores (34); relojoeiros (69); sangradores (10); sapateiros (169); segeiros (1); serradores (69); serralheiros (28); surradores (2); tanoeiros (13); torneiros (19); tipógrafos (11); veleiros (7); violeiros (2).

⁵ Cf. Gilberto Pavão Nunes Rocha e Vítor Luis Gaspar Rodrigues, «A população dos Açores no ano de 1849», in *Arquipélago*, revista da Universidade dos Açores, série «Ciências humanas», número especial, 1983, pp. 366 e 377.

tiras de couro e um chapeleiro um chapéu pintado na parede. Um talho ostenta ao vento pedaços de tripa seca ou o grosseiro desenho de um boi ao qual serram um chifre, sendo a serra do mesmo tamanho do serrador [...]»⁶.

Por essa altura os anúncios relativos aos bens alimentares (chá, azeite, açúcar, arroz, massas...) dominavam sobre os anúncios relativos aos bens de vestuário (tecidos, chapéus, calçado...), que, por sua vez, se sobrepunham aos relativos aos bens destinados à habitação (vidros, trincos, cutelaria, fancaria, painéis...). Os anúncios de venda de vinho, genebra e cerveja eram também bastante numerosos, assim como, a partir dos anos 50, passaram a registar-se anúncios de algumas pessoas, a título individual, a oferecerem os seus préstimos — limpeza, cozinha, padaria, doçaria — e a oferecerem, ocasionalmente, alguns bens por venda em leilão e alguns produtos em venda directa, como peixe salgado e enchidos de porco. A loja de tecidos de Benjamin Ferin, na Rua dos Mercadores, e a mercearia de George Hayes, no Cais da Alfândega, especializaram-se então, decididamente, na oferta de produtos para uma clientela de «pessoas de bem», com os *costumes* carnavalescos e as bombinhas do entrudo, as fitas, as sedas e os demais adereços femininos, o salmão fumado, os confeitos, as bolachinhas e as amêndoas francesas⁷...

O aumento do poder de compra das famílias micaelenses, graças à «economia da laranja», estimulando uma crescente generalização do trabalho remunerado, bem como às obras de construção do porto de Ponta Delgada, motivando um aumento do número de assalariados, terá certamente contribuído para o aumento do consumo. Integra-se nesse fenómeno a concentração dos negócios na área nobre urbana, a promulgação de numerosas posturas camarárias para regulamentar as trocas e a construção dos novos mercados de venda de produtos agrícolas, de gado e de peixe na periferia da cidade. Agora o abate, a curtição e a venda das reses, o horário semanal e diário das vendas, a limpeza das pipas, os transportes urbanos, a aferição dos pesos e das medidas, vão tornar-se motivo de particular cuidado das vereações⁸...

⁶ Joseph e Henry Bullar, *Um Inverno nos Açores e Um Verão no Vale das Furnas*, ed. do Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1986, pp. 20-21.

⁷ Cf. *Preços correntes de géneros no estabelecimento de George Hayes*, Ponta Delgada e *O Açoreano Oriental*, n.º 381, 6 de Agosto de 1842: «Mr Ferin, chegado recentemente a esta cidade acaba de receber por o São Bernardo lindas fazendas e quinquilharias do último gosto vindas de Pariz, romeiras cardinales, ricos bordados francezes, chapéus, torcaes, enfeites, alfinetes do peito, botões de punhos, he tudo quanto é relativo a coletes de senhoras, cortes de coletes de homem, gravatas, mantinhas, bengaleas, perfumarias das melhores, papel de cores e pintados para correspondência, vinho de champanha, e uma quantidade de objectos do gosto o mais elegante e o mais moderno. Um lindo sortimento de livros de instrução e recreativos as novelas as mais modernas de Mr. Balzac, G. Sand, Victor Hugo, Lamartine, Paul, de Kcok Capitão Marryat, etc., dictionarios franceses e portugueses [...]»

⁸ Cf. *Regulamento sobre arrecadação das contribuições de liquidos e mais anexos no concelho de Ponta Delgada, 1841*, Typographia de Macedo, 1843; *Postura regulamentar da*

A actividade mercantil na cidade localizava-se no Cais da Alfândega, nos Largos da Matriz e da Misericórdia Velha e nas Ruas dos Mercadores, do Garcia (também conhecida por Rua do Frade) e Nova da Matriz (também conhecida por Rua João dos Santos). Mais de quatro quintos dos anúncios comerciais diziam respeito a estabelecimentos situados nessas artérias, num apertado raio que não ultrapassava os 200 metros, a partir do cais e do edifício da alfândega — a área nobre da cidade.

É, pois, no seio desse universo mercantil que alguns comerciantes judeus se vão estabelecer. Quedando-se pela cidade, vão tomar de renda pequenas lojas de vendas a retalho votadas à oferta de bens ingleses. Pela sua dependência do crédito fornecido pelos grossistas, estruturam-se relações fortemente hierarquizadas entre as diversas empresas, definindo-se clientelas, demarcando-se áreas de domínio, determinando-se áreas de negócios, afirmando-se solidariedades e assumindo-se rivalidades... A venda a dinheiro e a ligação a vários grossistas para se saldarem contas antigas com créditos recentes pareciam constituir a estratégia comercial dominante desses pequenos comerciantes. Mas a excessiva imobilização de capitais na necessária constituição de existências e a persistente ausência de instituições de crédito⁹ afiguravam-se então como as principais causas de falência do tempo. Acrescentem-se a essas debilidades estruturais da praça micalense os contratempos conjunturais, como a má sorte das doenças e das mortes inesperadas, da falta de herdeiros do sexo masculino, da perda de confiança junto do fornecedor, da fuga dos clientes... Desde logo, quanto menor era o negócio, maior importância se atribuía à personalidade do seu dono¹⁰.

camara municipal de Ponta Delgada sobre o projecto dos edificios e alinhamentos no concelho de Ponta Delgada, Typographia A. das Letras Açorianas, 1858; *Posturas vigentes da camara municipal do concelho de Ponta Delgada*, Typographia da Chronica dos Açores, 1868; *Postura acerca do serviço dos açougues e sobre a fiscalização e arrecadação do imposto das carnes... no concelho de Ponta Delgada*, 1871; *Postura da Câmara municipal de Ponta Delgada, de 17 de Dezembro de 1885*, Ponta Delgada, Typographia Popular, 1885.

⁹ Cf. Fátima Sequeira Dias (org., introd. e notas), *Em Defesa dos Interesses da Ilha de S. Miguel. A Correspondência Enviada pela Associação Comercial de Ponta Delgada para o Parlamento e aos Ministérios, 1835-1910*, Jornal de Cultura, Ponta Delgada, 1995, p. 43, doc. IX, ofício ao Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria de 28 de Dezembro de 1853: «[...] Entre as outras mais necessidades que padece o comércio desta Ilha uma delas é a falta de um Banco Comercial ou estabelecimento que sirva de protecção ao crédito, e que auxilie os que precisarem de recorrer a ele. A usura tem aqui, como em muitos outros pontos, feito grandes estragos e qualquer Negociante, embora queira ampliar as suas operações, não o pode fazer alguém da esfera dos seus próprios meios [...]», e *A Persuasão*, n.º 74, 27 Maio de 1863: «O preço regular do dinheiro tem sido de 12% ao ano, e em grande número de casos a usura tem-se exercido com toda a impiedade [...]»

¹⁰ Cf. Jean Clément Martin, «Les micro-entreprises dans l'économie du dix-neuvième siècle: l'exemple de Nior», in *Entreprises et entrepreneurs XIX-XX^{èmes} siècles*, Congrès de l'Association française des historiens économistes, Março de 1980, Paris, PUF, 1983, p. 248.

A concorrência era enorme e, quase sempre, fatal para a maioria desses pequenos comerciantes¹¹. Francisco Maria Supico escrevia, no final de Oitocentos, que «a colónia israelita há cinquenta anos, e ainda bastante depois, era muito numerosa e luzida, brilhando na sociedade as meninas pela sua gentileza, educação e honestidade, e explorava vários ramos de negócio, especialmente o de panos, teve na ilha mais fixidez. Só a foi abandonando à proporção que os comerciantes da terra entraram com os hebraicos em luta de competição que aqueles não puderam sustentar. A casa Bensaúde e Comp.^a vem dos ascendentes Elias e Salomão, mas transformou-se por completo o seu género de operações¹².»

Fica-nos, assim, a suspeita de que no universo micaelense de Oitocentos a chamada ética judaica para o negócio não terá trazido quaisquer vantagens especiais à comunidade israelita local¹³. Ao contrário do comportamento de outras praças comerciais, apenas a família Bensaúde, de entre as numerosas famílias de judeus radicadas no arquipélago, parece ter sido a única a compensar a discriminação social com o sucesso económico. Afinal, as oportunidades económicas, o desejo de vencer, a solidariedade de grupo, a mobilidade económica e os contactos da diáspora — as características responsáveis pelo sucesso económico entre as minorias religiosas —, embora presentes entre os comerciantes judeus, não foram suficientes para a afirmação económica da comunidade israelita dos Açores¹⁴. As virtudes da religião judaica para realizar dinheiro, segundo Sombart, não conseguiram, pois, romper com a concorrência votada pelos comerciantes autóctones¹⁵.

Deve salientar-se o facto de os comerciantes judeus terem estado ligados preferencialmente à distribuição, nunca concorrendo, portanto, as elites tradicionais nem pelo investimento na propriedade da terra nem pelo investimento no domínio da actividade creditícia. Se este facto pode explicar o sucesso da família Bensaúde, que pôde ir enriquecendo sem ameaçar as famílias terratenentes, também pode explicar o insucesso da comunidade israelita, que, por não ter diversificado os seus investimentos, acabou por ser concorrenciada pelos comerciantes locais, sendo obrigada, a médio prazo, a abandonar o mercado insular e a procurar outros destinos.

¹¹ Cf. Fátima Sequeira Dias, «Moisés Sabat: um caso de insucesso na comunidade hebraica de Ponta Delgada no século XIX», in *Arquipélago*, revista da Universidade dos Açores, série «História», Ponta Delgada, vol. XI, 1989, pp. 195-231.

¹² *A Persuasão*, 21 de Junho de 1899.

¹³ Cf. Fátima Sequeira Dias, «Afirmação e decadência de uma elite comercial. A comunidade israelita dos Açores durante o século XIX», in *Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira*, SRTC, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1993, pp. 687-702.

¹⁴ Cf. Marion A. Kaplan, *The Making of the Jewish Middle Class, Women, Family, and Identity in Imperial Germany*, Oxford University Press, 1991, e David Burns Windsor, *The Quaker Enterprise, Friends in Business*, Londres, Frederick Muller Limited, 1980.

¹⁵ Cf. Werner Sombart, *The Jews and the Modern Capitalism*, introd. de Samuel Z. Klausner, New Brunswick e Londres, Transaction Books, 1982.

A dimensão e a sobrevivência dos negócios da Casa Bensaúde residiram, assim, se seguirmos Francisco Maria Supico, na «transformação completa do seu género de operações»...

Salomão e Elias, ambos *self-made men*, tinham sido negociantes de grosso trato, constituindo o comércio a retalho apenas uma das várias vertentes das suas actividades económicas. A única semelhança entre eles e os pequenos retalhistas judeus estabelecidos nas ilhas residia na crença comum em Jeová. O grande comércio de importação fora o seu negócio por excelência, mas também possuíram navios, estabeleceram tráfegos longínquos, transportaram cargas rentáveis, cambiaram moedas, descontaram letras de câmbio, compraram propriedades urbanas... Fora essa estratégia de sucesso, assente na prudência de dividir os riscos e na inteligência de reinvestir os lucros na própria empresa, que alicerçara, pois, a origem da dinastia Bensaúde.

A Casa Bensaúde referida por Supico é a empresa dos *herdeiros*. Já não é a empresa dos *self-made men*.

Empresários judeus estabelecidos na cidade de Ponta Delgada entre 1838 e 1855 através da publicidade comercial na imprensa¹⁶

David Aquinine, na Rua do Garcia (1839-1842).

José Azulay, também estabelecido na mesma rua, 72 a 75 (1853-1854).

Abraão Abecassis, com loja no Largo da Misericórdia Velha, 32 e 33 (1840-1854).

Fortunato e Salvador Abecassis, desde 1838, reunidos em sociedade na Rua dos Mercadores e, posteriormente, no Largo da Matriz, 35 e 36 (1838-1855).

Abraão Bensaúde, associado a Ricardo Halloran (1838-1841).

Salão Buzaglo, na Rua João dos Santos (Rua Nova da Matriz) (1836-1855).

Joaquim Bensaúde (1841-1842).

Araão Cohen, no Largo da Misericórdia Velha, 10, e, posteriormente, na Rua de São Brás, 77 e 80 (1851-1853).

Manuel Conquy, na Rua dos Mercadores, 101 (1853-1855).

Araão Mor José, no canto da Rua de Água e, mais tarde, na Rua de São Brás, 5-6 (1840-1852).

Jacob Nahon, na Rua do Garcia (1842).

Moisés Sabat, na Rua dos Mercadores (1839-1842).

Isaac Zafrany (1838).

Salomão Bensaúde, na Rua do Garcia, 40, (1839-1865).

A prosperidade da «economia da laranja» sustentava então um activo comércio urbano¹⁷. No início de Oitocentos o número de comerciantes em

¹⁶ A partir dos dados coligidos no jornal micaelense *O Correio Michaelense*.

¹⁷ Cf. Fátima Sequeira Dias, «A importância da 'economia da laranja' no arquipélago dos Açores durante o século XIX», in *Arquipélago*, revista da Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1995, «A decadência da economia da laranja e o despontar do ideal autonomista», in *Actas do Congresso do I Centenário da Autonomia dos Açores*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995, vol. I, pp. 127-157, e «Uma bordagem ao universo empresarial micaelense

São Miguel não ultrapassava ainda a dúzia. Escrevia Francisco Maria Supico que «esses eram então os principais negociantes de Ponta Delgada, ou os de grosso trato. Os de segunda classe ficaram necessariamente no escuro [...] De todas estas notas apura-se que a genealogia mercantil de 1800 se extinguiu por completo¹⁸.» A taxa de sobrevivência das empresas era muito baixa, como já se disse, não se construindo as paradigmáticas dinastias de patrões, conhecidas noutras praças comerciais. Em relação ao ano de 1841, Supico recenseava já 133 comerciantes, dez dos quais de religião israelita¹⁹, enquanto a Associação Comercial de Ponta Delgada registava 167 sócios, quinze dos quais judeus²⁰. Dois anos mais tarde esta agremiação só arrolava 100 sócios, dez dos quais judeus²¹. A constante diminuição do número dos seus associados vai constituir motivo de crescente preocupação por parte das diversas direcções desta agremiação a partir de meados do século²². Supõe-se que o número de falências comerciais e a falta de confiança naquela associação explicam essa diminuição.

Pelo contrário, «a lista de comerciantes recenseados e inscritos para elegerem ou serem eleitos jurados comerciais do Tribunal Comercial do Julgado de Ponta Delgada» encontra-se repleta de nomes, embora os comerciantes judeus comecem a rarear. Nos anos de 1881²³, 1882²⁴, 1887²⁵, 1888²⁶ encontram-se registados 86 (6 judeus), 84 (5 judeus), 87 (3 judeus) e 103 (6 judeus) comerciantes, respectivamente. Registe-se que o corpo consular nas ilhas era então maioritariamente constituído por comerciantes de prestígio²⁷, ocupando, em 1873, na cidade de Ponta Delgada, Jacob Bensaúde o cargo de vice-cônsul da Turquia e, em 1874, Abraão Bensaúde o cargo de cônsul de Tunes.

durante a 'economia da laranja', in *O Estudo da História*, revista n.º 1, Associação de Professores de História, 1996, pp. 47-56.

¹⁸ *A Persuasão*, 14 de Junho de 1899, Escavações n.º 174.

¹⁹ *Ibid.*

²⁰ Arquivo da Associação Comercial de Ponta Delgada, *Livro de registo de correspondência expedida*, 1841-1857, fls. 5 a 6-v.º

²¹ *Ibid.*, fls. 24 v.º-26.

²² Cf. Fátima Sequeira Dias, «A Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada», in *Imagem Empresarial*, n.º 5, ano II, Janeiro-Março de 1994, e (org., introd. e notas), *Em Defesa dos Interesses da Ilha de S. Miguel: as Súplicas da Câmara do Comércio de Ponta Delgada à Monarquia, 1835-1910*, Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada, 1994, 1.º vol.

²³ *O Diário dos Açores*, n.º 77, 18, 19 e 20 de Dezembro de 1881, p. 2.

²⁴ *Ibid.*, n.º 231, 22 e 23 Dezembro de 1882, p. 1.

²⁵ *Ibid.*, n.º 1316, 12 de Dezembro de 1887, p. 4.

²⁶ *Ibid.*, n.º 1611, 16 de Dezembro de 1888, p. 3.

²⁷ Cf. *Almanach Açoriano para 1856*, p. 53; no *Almanach para todos para o ano de 1873*, por Augusto Loureiro, Ponta Delgada, Imprensa Comercial, 1872, pp. 37-38, num total de treze cônsules, sete eram comerciantes; no *Almanach Insulano para Açores e Madeira para 1874*, por A. Gil, Augusto Ribeiro, F. J. Moniz Bettencourt, Angra do Heroísmo, Typ. Terceira, 1873, p. 13, dos dezassete cônsules radicados em São Miguel, oito eram comerciantes.

É num ambiente de grande concentração da riqueza entre os proprietários fundiários, os *gentlemen farmers* da ilha de São Miguel, e de forte concorrência entre os agentes comerciais que Salomão Bensaúde, na ilha de São Miguel, e Elias Bensaúde, na ilha do Faial, ao contrário dos seus correligionários, vão enriquecer²⁸.

À semelhança dos empresários de sucesso nos países desenvolvidos, Elias Bensaúde, já independente de Salomão, seu primo e cunhado²⁹, vai estruturar uma eficiente organização de vendas por atacado e a retalho que vai proporcionar economias de escala e que vai estimular reduções nos preços, ganhando, desta forma, novas clientelas, como analisaremos³⁰.

3. A lápide tumular de Elias Bensaúde, no cemitério israelita de Ponta Delgada, regista que «morreu a 11 de Janeiro de 1868, com 61 anos»³¹.

Os primeiros «hebreos marroquinos», nome por que eram designados nos documentos, desembarcaram na ilha de São Miguel por volta do ano de 1818, provenientes do Norte de África³². Elias terá, provavelmente, chegado mais tarde, no ano de 1825, então com 18 anos, juntamente com os seus irmãos Jacob e José, acompanhando a cunhada — Ester Amiel, a mulher de Abraão Bensaúde³³.

Depois de ter vivido durante um curto período na ilha Terceira, associado a seus irmãos e de ter viajado por algumas ilhas, nomeadamente pela Graciosa³⁴, Elias, ainda solteiro, encontrava-se na ilha de São Miguel no ano de 1833. Aqui morava na Rua do Garcia, n.º 2, freguesia da Matriz, na casa de seu irmão, Abraão, com sua cunhada, quatro sobrinhos, a mãe e dois criados³⁵.

Dois anos mais tarde, ainda na ilha de São Miguel, Elias, associado a seu primo Salomão Bensaúde, estabelece uma sociedade comercial em 5 de Dezembro de 1835, cabendo a cada um a quota de «5 8850\$000 em dinheiro

²⁸ Sacuntala de Miranda, *O Ciclo da Laranja e os Gentlemen Farmers, 1780-1880*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1989.

²⁹ Cf. Fátima Sequeira Dias, *Um Percurso de Sucesso...*, cit., onde se estuda exaustivamente o percurso de Salomão Bensaúde.

³⁰ Cf. Walter Minchington, «Los modelos de demanda», in Carlo Cipolla (dir.), *Historia Económica de Europa* (3), Barcelona, Ariel, 1983, vol. III, p. 97.

³¹ José Maria Abecassis, *Genealogia Hebraica*, cit., vol. II, p. 195, refere que Elias nasceu em 1806. Sustentamos que terá nascido em 1807.

³² Fátima Sequeira Dias, «Afirmação e decadência de uma elite comercial: a comunidade israelita dos Açores durante o século XIX», in *Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira*, SRTC, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1993, pp. 687-702.

³³ Alfredo Bensaúde, *A Vida de José Bensaúde*, Porto, Litografia Nacional, 1936, p. 55.

³⁴ Id., *ibid.*, p. 58, nomeadamente em 1828, conforme escritura notarial citada.

³⁵ BPAPD, FEC, ms. 60, *Parte da Relação tirada por J. Diogo Cokburn em Junho de 1833 da população de Ponta Delgada*.

e fazendas Inglezas de diversas especies e qualidade»³⁶. A sociedade toma a designação de Salomão Bensaúde e Companhia³⁷, decidindo-se que «o caixa da Sociedade [seria] o primeiro Socio Salomão Bensaúde e todo e qualquer Negócio que se fizer pertencente á mesma Sociedade será feito em nome deste, embora cada hum dos socios [pudesse] fazer as compras/contractos ou transacções que lhe parecer conveniente para augmento da Sociedade», e determinando-se que «cada hum dos Socios [seria] obrigado a fazer por seu vez gradualmente huma viagem fora da Ilha quando assim o exijão os interesses da mesma Sociedade»³⁸. Os seus armazéns encontravam-se localizados na Rua do Garcia, 13, também conhecida por Rua do Frade³⁹, «em huma perfeita união de Sociedade na compra e vendas de Fazendas Inglezas a retalho e por atacado e outras transacções mercantis»⁴⁰. Registe-se que nessa rua, tradicionalmente dedicada ao comércio, habitavam outras famílias hebraicas, como os Mor-José, os Buzaglo e os Allias⁴¹.

A empresa Salomão Bensaúde e Companhia vai vigorar até 22 de Junho de 1847⁴². Os ex-sócios, primos e cunhados — entretanto, Elias tinha casado com uma senhora inglesa, irmã da mulher de Salomão —, vão procurar manter uma relação cordial ao longo dos anos, apesar de algum ressentimento entre ambos logo após a dissolução da referida empresa⁴³. Elias Bensaúde fica, a partir de então, «responçável e consignatário da Sociedade na ilha do Faial»⁴⁴, mantendo a sua correspondência comercial com João Manuel de Sousa, antigo correspondente da firma dissolvida, a quem dedica grande amizade até ao resto dos seus dias⁴⁵.

³⁶ BPAPD, fundo do tabelionato de Ponta Delgada, *Livro de notas de António Medeiros Vasconcelos*, 1834-1836, liv. 438, ms. 77, fls. 175-176.

³⁷ Fátima Sequeira Dias, *Um Percorso de Sucesso...*, cit., cap. II.

³⁸ BPAPD, fundo do tabelionato de Ponta Delgada, *Livro de notas de António Medeiros Vasconcelos*, 1834-1836, liv. 438, ms. 77, fls. 175-176.

³⁹ *O Açoreano Oriental*, n.º 320, 5 de Junho de 1841.

⁴⁰ BPAPD, fundo do tabelionato de Ponta Delgada, *Livro de notas de António Medeiros Vasconcelos*, 1834-1836, liv. 438, ms. 77, fls. 175-176.

⁴¹ BPAPD, FEC, ms. 60, *Parte da Relação tirada por J. Diogo Cockburn em Junho de 1833 da população de Ponta Delgada*.

⁴² BPAPD, fundo do tabelionato de Ponta Delgada, *Livro de notas de João Bernardo de Melo*, liv. 2504, fls. 120 v.º-122.

⁴³ José Maria Abecassis, *Genealogia Hebraica...*, cit., vol. II, p. 198, refere que o casamento se realizou por procuração, sem mencionar a data, tendo nascido o primeiro filho, Emília, em 27 de Janeiro de 1848 em Ponta Delgada.

⁴⁴ BPAPD, FEC, fundo do tabelionato de Ponta Delgada, *Livro de notas de João Bernardo de Melo*, liv. 2504, fls. 120 v.º-122, artigo 4.º

⁴⁵ Cf. Fátima Sequeira Dias, «As razões da penetração comercial da empresa Salomão Bensaúde e Companhia (1835-1847) na ilha do Faial», in *Colóquio O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XIX*, Núcleo Cultural da Horta, 1995, pp. 115-139.

O primeiro registo contabilístico do *livro-mestre* da empresa de Elias Bensaúde, datado de 3 de Julho de 1848, relativo à conta corrente de João Manuel de Sousa, aponta, a favor de Elias, «a balanço de fazendas, 17 917\$143 e a dívidas em diferentes mãos, 20 258\$207» — valores relativos aos primeiros meses de actividade empresarial de Elias Bensaúde, agora estabelecido por conta própria. Em 1868, o último ano de registos contabilísticos, João Manuel de Sousa tinha «a saldo em débito, 11 697\$560» — importância indiciadora de que Elias Bensaúde, apesar de ter alargado a rede de clientes na ilha do Faial, havia conservado a sua primeira correspondência comercial.

Analisando a estrutura dos negócios de Elias Bensaúde após a dissolução da Salomão Bensaúde e Companhia, verifica-se que ele vai manter o seu armazém de vendas por atacado na ilha do Faial, assim como vai abrir dois botequins votados à venda a retalho de géneros de mercearia⁴⁶. Além disso, vai conservar os seus negócios na ilha de São Miguel, onde já possuía um armazém de venda por atacado, na Rua de São Brás, n.º 83⁴⁷, transferindo-o, mais tarde, para a Rua do Garcia, n.ºs 39 a 41⁴⁸. Elias, agora estabelecido a título individual, passa a dividir o seu tempo entre as ilhas do Faial e de S. Miguel, viajando, com frequência, para o Reino Unido, onde mantinha relações comerciais privilegiadas com as firmas Farshaw e Walker Hamilton & Co., na cidade de Manchester, e William McAndrew & Sons, na cidade de Londres.

Em carta dirigida a seu sobrinho Salom, radicado em Lisboa, datada de 26 de Junho de 1866, dois anos antes do seu falecimento, confidenciava «surtir quatro casas, sendo duas no Fayal, huma de fazendas e outra de generos, huma n'esta Ilha e huma na Ilha Terceira»⁴⁹. Estes eram, assim, os estabelecimentos comerciais de Elias Bensaúde, que, através dessas casas comerciais localizadas nas três principais ilhas, procurava articular e integrar o comércio de distribuição no arquipélago, primeiro a partir da ilha do Faial e, mais tarde, a partir da ilha de São Miguel⁵⁰.

Recorde-se que os estabelecimentos comerciais nas ilhas de São Miguel e do Faial remontavam aos finais dos anos 40, enquanto a casa da Terceira já fora estabelecida nos anos 60. Nas duas primeiras ilhas, Elias não procura sócios, mas na ilha Terceira vai associar aos seus negócios Naphtaly Levy, residente naquela ilha, como reza a escritura notarial de 12 de Maio de

⁴⁶ Arquivo Bensaúde & C.^a, *Livro de registo de correspondência expedida*, 1865-1867, fls. 178-182 e 273.

⁴⁷ *O Correio Michaelense*, 1851, n.º 260, 20 de Setembro, n.º 271, 6 de Dezembro, e n.º 273, 20 de Dezembro, e 1852, n.º 276, 10 de Janeiro, e n.º 295, 22 de Maio.

⁴⁸ *O Açoreano Oriental*, n.º 441, 10 de Março de 1855, e *O Correio Michaelense*, n.º 441, 10 de Março de 1855.

⁴⁹ Arquivo Bensaúde & C.^a, *ibid.*, fls. 39-41.

⁵⁰ *Ibid.*, fls. 109 e 301, e Fátima Sequeira Dias, *Um Percorso de Sucesso...*, cit., cap. I: os judeus originários de Marrocos estabelecidos no arquipélago dos Açores possuíam a naciona-

1862⁵¹. Elias participa então com uma quota no valor de 11 200 \$000 e Naphtaly com uma diminuta quota de 2 240\$000⁵². A situação de primazia de Elias Bensaúde é, desta forma, assegurada, tendo em Naphtaly um agente de confiança para aumentar os seus negócios na comunidade terceirense⁵³. Julgamos que a decisão de integrar a ilha Terceira nos negócios da empresa se deveu sobretudo à necessidade de alargar a rede dos fornecedores de cereais e, assim, fazer diminuir a sua dependência dos produtores micaelenses. Como se sabe, o milho e o trigo comprados nas ilhas destinavam-se aos mercados nacional e britânico, retirando-se importantes mais-valias dessas transacções.

A sociedade comercial com Naphtaly Levy, depois de muitas contrariedades para Elias, será dissolvida a 17 de Julho de 1867. Naphtaly Levy adquire a quota de Elias e fica obrigado a pagar as fazendas, no valor de 9 080\$075, através do desconto de cinco letras de 1 816\$015, no prazo de cinco anos, e o resto da importância relativa ao capital, juro, dívidas e mais activo, no valor de 6 867\$184, em várias letras, sem se mencionar o prazo consentido⁵⁴. Proceda-se também na mesma altura à arrematação do navio *Feroz*, propriedade da sociedade extinta⁵⁵. Paradoxalmente, este parece ter sido o único navio que Elias terá possuído, porque a documentação compulsada não revela a existência de outros barcos de sua propriedade.

O crescente descontentamento em relação aos seus sócios — Naphtaly Levy, na ilha Terceira⁵⁶, e Roberto Augusto de Mesquita Henriques, na ilha do Faial⁵⁷ — torna Elias Bensaúde desconfiado⁵⁸. A teimosia de Salom

lidade inglesa, mantendo fortes relações comerciais e familiares com comerciantes de Gibraltar e da Inglaterra. Elias Bensaúde nunca abnegou a nacionalidade inglesa.

⁵¹ BPAPD, fundo do tabelionato de Ponta Delgada, *Livro de notas de Luis Maria de Moraes Junior*, liv. 2449, fls. 47 a 48.

⁵² *Ibid.*, liv. 2447, fls. 104 v.º e 105.

⁵³ Cf. José Maria Abecassis, *Genealogia Hebraica...*, cit., vol. III, p. 245: Naphtaly Levy nascido em 1837, em Angra, e falecido na mesma cidade em 1885, «foi sócio gerente das firmas 'Salomão Bensaúde e Filhos e C.', 'Elias Bensaúde e Levy' e 'Naphtaly Levy e irmão'. Deixou uma avultada fortuna, avaliada em 40 693\$718 rs.»

⁵⁴ BPAPD, fundo do tabelionato de Ponta Delgada, *Livro de notas...*, cit., liv. 2449, fls. 47-48.

⁵⁵ *Ibid.*, liv. 2447, fls. 104 v.º e 105 v.º

⁵⁶ Arquivo Bensaúde & C.ª, *Livro de registo de correspondência expedida*, 1865-1867, fl. 226, carta de 24 de Dezembro de 1866, e fl. 41, carta a Salom Bensaúde de 26 de Junho de 1866: «Como o Naphtaly é muito manhoso e maldoso no interior, e sempre falla com segundas, e que o seu modo não é nada do meu agrado, e se não fosse a sua teimosa doença tinha acabado com elle já a minha sociedade [...]»

⁵⁷ *Ibid.*, fl. 42, carta a William McAndrew & Sons de 26 de Junho de 1866, onde expressa a vontade de pôr termo à sociedade que mantém com Roberto Augusto de Mesquita Henriques, e fls. 98-99, onde refere que aquele lhe deve mais de 4000 libras e que «elle é demorado nos seus pagamentos».

⁵⁸ *Ibid.*, fl. 223, carta para Naphtaly Levy de 18 de Dezembro de 1866: «[...] Ora tenho razão de dizer que o meu amigo quer mangar comigo? Parece-me que sim», e fl. 64: «[...] He pena que V. Mcê não entenda o conteúdo das minhas cartas.»

Bensaúde (seu sobrinho e irmão de seu genro), como gerente da Companhia Vendedora de Tabacos Regalia de Lisboa⁵⁹, onde Elias investiu avultados capitais, e o fim do tratamento de privilégio consentido por William McAndrew & Sons, que passa a exigir um juro de 10% e uma comissão de 5%, à semelhança das condições exigidas aos restantes clientes açorianos⁶⁰, contribuem para que Elias Bensaúde passe a sentir-se ultrapassado⁶¹. De facto, desde 1865, os correspondentes comerciais parecem já não se importarem com o velho e doente empresário radicado na ilha de São Miguel. Elias, talvez por esse motivo, vai tornar-se um homem cada vez mais amargo e sarcástico, como atesta a sua correspondência comercial⁶².

Apesar de um precário estado de saúde, Elias Bensaúde mantém-se um empresário meticoloso que observa ao pormenor o comportamento do mercado e se encontra atento às informações disponíveis. Teme a contracção das vendas de laranja micalense no mercado britânico, «porque o negócio d'esta ilha tem muita influência com os preços da laranja na Inglaterra»⁶³. Receia as consequências da instabilidade da praça inglesa, manifestadas no aumento de preços das fazendas, no aumento do desconto dos bancos para 10% e no aumento das falências⁶⁴. Aborrece-se com os contratempos para o comércio insular advindos da eclosão de cólera na Inglaterra e da obrigatoriedade de os barcos cumprirem quarentena⁶⁵. Ele sabe interpretar, indubitavelmente, as sucessivas conjunturas. Compreende que até ao mês de Junho as transferências de capital para o Reino Unido, destinadas a pagar as importações daquela proveniência, devem ser feitas através de letras sacadas sobre os Dabney e através da transferência de águias americanas e de libras esterlinas, cambiadas na ilha do Faial⁶⁶. Também compreende que a partir de Novembro,

⁵⁹ *Ibid.*, fls. 212-214, carta a William McAndrew & Sons de 13 de Dezembro de 1866: «[...] má Direcção que aquelle Sr daquelle estabelecimento por ser muito teimozo», e fls. 140-141, carta a Salom Bensaúde de 28 de Setembro de 1866: «Isto não é brincadeira de rapazes é negócio de milhares de libras eterlinas sobre que estamos tratando.»

⁶⁰ *Ibid.*, fls. 42 e 81-89.

⁶¹ *Ibid.*, fl. 129, carta a João Manuel de Sousa de 18 de Setembro de 1866: «Quem me havia de dizer no mundo que o Carlos me seria tão falço conforme foi e só pessoalmente é que poderei contar ao meu amigo e lhe mostrarei o que me fez; coitado foi muito enganado e talvez a sua breve morte fosse causada de desgostos e remorsos [...]», e fls.114-118, carta a José de Moraes Pereira, no Faial, de 18 de Setembro de 1866, referindo as «maroteiras que o Carlinhos fazia no seu escritório depois da onze horas com o Carlos Nestor [...]».

⁶² *Ibid.*, fls. 4-5, 11-12, 43, 81-89, 91, 107, 166-173, 188, 189, 199, 220-223, 233, 274 e 277...

⁶³ *Ibid.*, fl. 263, carta a William McAndrew & Sons de 15 de Fevereiro de 1867.

⁶⁴ *Ibid.*, fls. 42, 226, 348.

⁶⁵ *Ibid.*, fls. 69-75: carta a João Manuel de Sousa de 19 de Agosto de 1866.

⁶⁶ *Ibid.*, fls. 19-20, carta a João Manuel de Sousa de 9 de Maio de 1866, e fls. 52, carta João Manuel de Sousa de 19 de Julho de 1866; cf. Ricardo Manuel Madruga da Costa, «Algumas notas sobre o 1.º Consul Geral dos EUA nos Açores e um contributo para uma bibliografia sobre os Dabney», in *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. x, 1991-1992, pp. 89-140.

pela abundância de letras de câmbio na ilha de São Miguel na mão dos exportadores de laranja, o câmbio desce e torna-se mais favorável adquirir esses meios de pagamento no mercado micalense. Sabe que o correcto despacho alfandegário é fundamental para poupar nos elevados direitos aduaneiros em vigor e também sabe que a ignorância de alguns funcionários aduaneiros acaba por lhe ser altamente gravosa⁶⁷. E, sobretudo, desde meados dos anos 60, Elias Bensaúde percebe que a «economia da laranja» está a chegar ao fim, mesmo quando as vendas de laranja naquele mercado ainda não faziam supor a posterior decadência, porque os senhores «William McAndrew & Sons já não se importão das correspondências das ilhas, isto dito por elles mesmos e como elles já não querem fazer abonos a ninguém dão aquellas respostas de despedida a todos em geral»⁶⁸.

Suspeitamos de que a antecipada compreensão do fim da «economia da laranja» terá ditado o investimento fora das ilhas. A compra de 76 títulos, 1333 acções de 25\$000 réis cada uma, da Companhia Vendedora de Tabaco Regalia de Lisboa constitui um investimento de vulto. Empata 33 325\$250 réis fortes (equivalendo a 41 656\$250 réis fracos ou réis insulanos), revelando, ao mesmo tempo, o seu desinteresse pela recentemente inaugurada Fábrica de Tabaco Micalense, fundada em Ponta Delgada no ano de 1866 pelo seu sobrinho José⁶⁹.

Como se sabe, até finais da década de 70 a economia açoriana foi sustentada pela importante exportação de laranja, que promovia, a montante e a jusante, todos os sectores dinâmicos da actividade económica, quer estimulando o aumento do consumo das famílias, quer desencadeando o aprofundamento da integração do mercado insular⁷⁰. As contas correntes de João Manuel de Sousa, na ilha do Faial, e de William McAndrew & Sons, em Londres, com a empresa de Elias Bensaúde revelam, ainda que de forma indirecta, a importância da laranja nos negócios da empresa. Boas vendas de laranja significavam para a empresa de Elias Bensaúde abundância de saques sobre Londres, crescimento das importações, abaixamento dos preços, rápido aumento das vendas, aumento do consumo das famílias açorianas, rotação acelerada das existências, financiamento de novas importações... Daí Elias Bensaúde procurar compreender antecipadamente o comportamento da colheita-exportação de laranja para efectuar nas melhores condições a encomenda de fazendas e géneros no prin-

⁶⁷ *Ibid.*, fls. 191-196, 207-210 e 220.

⁶⁸ *Ibid.*, fls. 223-224 v.º, carta a Roberto Augusto Mesquita Henriques de 18 de Novembro de 1866.

⁶⁹ Cf. Fátima Sequeira Dias, *A Fábrica de Tabaco Micalense, 1866-1995*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995.

⁷⁰ Id., «A importância da 'economia da laranja' no arquipélago dos Açores durante o século XIX», in *Arquipélago*, revista da Universidade dos Açores, 1995, pp. 189-240.

cípio do Verão, quando os frutos ainda não tinham começado a amadurecer... Daí a necessária capacidade de decisão para em cada época não só determinar o que comprar e quanto gastar, como ainda procurar mercadorias diferentes das seleccionadas pelos concorrentes insulares que, pela mesma altura do ano, também frequentavam as casas comerciais inglesas⁷¹.

**Mercadorias destinadas a João Manuel de Sousa,
na ilha do Faial**
(unidade: réis insulanos)

[QUADRO N.º 1]

1848	17 917\$143
1849	8 686\$421
1850	67 981\$416
1851	51 353\$381
1852	24 852\$228
1859	729\$208
1860	4 610\$752
1861	5 494\$063
1862	810\$192

Os fornecimentos, compostos por fazendas, géneros de mercearia e quinquilharia, eram destinados às casas faialense e terceirense quase sempre directamente da Inglaterra para fugir às delongas e aos encargos de dois processos aduaneiros, em Ponta Delgada e na cidade de destino.

As transacções com João Manuel de Sousa vão diminuindo de forma acelerada, porque Elias Bensaúde não só diversifica a sua clientela na ilha do Faial, como passa a integrar mais ilhas nos seus circuitos de distribuição.

A estrutura das compras e vendas da empresa era peculiar. A empresa vendia nas ilhas do Faial (desde 1847), Flores (a partir de 1854), Graciosa (a partir de 1851), São Jorge (a partir de 1858), Santa Maria (a partir de 1858) e Terceira (desde 1849) não compensando as suas vendas, porque pouco ou nada comprava em troca. Apesar de integrar as ilhas nos seus

⁷¹ Arquivo Bensaúde & C.ª, *ibid.*, fl. 54, carta a João Manuel de Sousa de 19 de Julho de 1866: [...] demais vejo que este anno vão muitos especuladores às fazendas tanto do Fayal como desta ilha só do Fayal vão 6 ou 7 negociantes às fazendas [...]; cf. Fátima Sequeira Dias, «Afirmção e decadência de uma elite comercial: a comunidade israelita dos Açores durante o século XIX», in *Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1993, pp. 687-702, e «As razões da penetração comercial da empresa Salomão Bensaúde e Companhia (1835-1847) na ilha do Faial», in *Actas do I Colóquio Internacional o Faial e Periferia do Atlântico*, cit.

negócios, era na ilha de São Miguel que realizava mais de dois terços das suas vendas e a quase totalidade das suas compras.

O produto das vendas destinava-se a financiar a compra de letras de câmbio na ilha de São Miguel e de cereais nesta ilha e na Terceira, bem como a pagar as importações de manufacturas e de géneros de mercearia da Grã-Bretanha. Note-se que o conhecimento dessas transacções só excepcionalmente é revelado no *livro-mestre*, porquanto os débitos da empresa não eram especificados por rubricas. Além disso, surpreendentemente nem sempre as diversas transacções se encontram lançadas no *livro-mestre*, tendo-se conhecimento de algumas delas apenas a partir de fontes indirectas. O reconhecimento de alguns dos credores da empresa é que permite indentificar as respectivas transacções. Os principais débitos da empresa diziam respeito à compra de letras de câmbio sobre o Reino Unido na mão dos exportadores de laranja. Mas a empresa também comprava cereais e, por vezes, laranja para exportar. De resto, como já se disse, o empresário vendia bastante mais do que comprava no arquipélago. A média do volume anual de vendas balizava-se pelos 10,8 contos de réis, embora os anos de 1851 (40 contos), 1855 (30 contos) e 1861 (21 contos) tenham sido anos extremamente favoráveis. Por seu turno, as compras da empresa nas ilhas, após dois picos nos anos de 1854 e 1855, diminuíram tornando-se inferiores a um conto de réis desde inícios dos anos 60.

Registe-se também que a maior parte da clientela de Elias Bensaúde era constituída por pequenos retalhistas judeus estabelecidos no arquipélago. Porém, a partir dos anos 60, Elias Bensaúde passa a vender sobretudo a clientes locais concentrados na ilha de São Miguel e, ao mesmo tempo, reduz drasticamente as suas compras no arquipélago. Note-se que por volta dessa altura se começa a assistir à partida de parte importante da comunidade israelita insular e se começam a constatar os efeitos da crise financeira nas ilhas do grupo central do arquipélago⁷². A acrescentar aos aspectos enumerados, pode também explicar-se o seu crescente «desinteresse» pelo comércio de distribuição nas ilhas devido ao grande empate de capitais nos tabacos e à imobilização de capitais na aquisição de prédios urbanos na cidade da Horta.

De salientar, ao longo da actividade empresarial de Elias Bensaúde, a sua fidelidade para com William McAndrew & Sons, banqueiro e consignante na praça londrina. Registe-se que William McAndrew & Sons sempre trabalhara com os Bensaúde desde a primitiva empresa Salomão Bensaúde e Companhia (fundada em 1835) até às empresas Salomão Bensaúde e Filhos e Salomão Bensaúde e Filho⁷³, contemporâneas da actividade mercantil de Elias.

⁷² Cf. Fátima Sequeira Dias, «A decadência da economia da laranja e o despontar do ideal autonomista na ilha de São Miguel no século XIX», in *Actas do Congresso do I Centenário da Autonomia dos Açores*, cit., p. 153.

⁷³ Id., *Um Percurso de Sucesso Numa Economia Periférica...*, cit., cap. v.

**Extracto do débito de Elias Bensaúde com William McAndrew
& Sons, de Londres, entre 1848 e 1850**
(unidade: libras esterlinas)

1848	
Letras que se venceram	2 846.25.7
A dinheiro pago a fornecedores	318.40.20
A dinheiro do seguro	851.7
A interesses vencidos	0.9.7
A comissão	20.5.11
A letra de estampa	0.15.3
1849	
A dinheiro pago a diversos fornecedores	8 748.203.63
A dinheiro entregue por minha ordem	30.0.0
A importância de ferro vinda na escuna	52.2.7
A dinheiro que me entregou	40.0.0
A dinheiro de seguro	110.24.6
A comissão sobre 3648.3.1	182.8.2
A interesses de seis meses	91.4.1
A letras de estampas	1.2.6
A porte de cartas	5.17.7
A comissão ao Banquer	25.0.0
1850	
A letras vencidas hoje	2 921.15.4
A dinheiro que me entregaram em Londres	15.0.0
A dinheiro ao Sr. Nathan	10.0.0
A comissão ao Baquer	33.14.5
A juros vencidos	11.18.5
A porte de cartas	2.1.9
Balanço a meu favor para conta nova	2 275.7.7¼

Os débitos de Elias para com William McAndrew & Sons são relativos às suas importações de têxteis, géneros e quinquilharia da Grã-Bretanha. Essas importações sustentavam, como já se disse, os seus comércios na ilha de São Miguel e nas ilhas do arquipélago.

O *livro-mestre* da empresa não regista, contudo, os lucros das diversas transacções de Elias após o pagamento das comissões, dos juros, dos salários dos caixeiros, dos fretes, dos direitos aduaneiros... Dos seus lucros apenas temos conhecimento através da sua correspondência que no ano de 1865 a transacção de fava lhe havia proporcionado uma margem de lucro de

50%⁷⁴. Seriam assim elevadas as margens obtidas nas vendas dos produtos de mercearia e das fazendas ou, pelo contrário, preferiria Elias privilegiar uma rotação rápida das existências pela redução das margens de lucro, à semelhança de seu primo Salomão Bensaúde⁷⁵?

Dúvidas, contudo, parecem não existir quanto à importância do reinvestimento no financiamento das suas operações até aos anos 60. Como também não existem em relação ao bom crédito de que Elias Bensaúde gozava na praça inglesa: mantinha negócios com William McAndrew & Sons desde 1835, era cunhado de Salomão, sogro de Abraão e genro de Nathan (comerciante judeu estabelecido na Inglaterra). Essas eram, pois, grandes vantagens para Elias no seio do universo mercantil das ilhas, constituindo talvez uma das principais razões para o seu progressivo distanciamento em relação aos concorrentes.

A compra de prédios urbanos, nomeadamente na ilha do Faial, foi dando dignidade à sua recém-adquirida riqueza mercantil. A fortuna e o talento iam compensando, assim, a origem judaica e norte-africana de Elias Bensaúde. A ascensão social no conservador meio açoriano era facilitada, pois, pelo rendimento económico que ia granjeando. Elias, no entanto, não vai renegar as suas origens nem as relações no seio da comunidade israelita. Já em 1836 participara na compra de um imóvel destinado a sinagoga⁷⁶. Na década de 60 vai associar Naphtaly Levy e emprega David Levy e Isaac Zafrany, pequenos comerciantes judeus. Investe nos tabacos de seu sobrinho Salom. Casa a sua filha primogénita com Abraão, herdeiro de Salomão. O casamento destes primos direitos reforça a coesão familiar pela perpetuação do nome e da riqueza. A ascensão social de Elias ainda está patente na procura de uma primorosa e cuidada educação aos seus filhos, proporcionada no Reino Unido⁷⁷. Se na ilha de São Miguel Elias procura um certo isolamento na decisão de habitar uma casa afastada da cidade no actual designado «pico Salomão», não deixa de se integrar na sociedade local pela sua ligação à Associação Comercial de Ponta Delgada.

O inventário dos seus bens aquando da sua morte, em 1868, constitui uma fonte privilegiada para o estudo da fortuna amealhada⁷⁸.

⁷⁴ Arquivo Bensaúde & C^a, *Livro de registo de correspondência expedida*, 1865-1867, fl. 54, carta a João Manuel de Sousa de 19 de Julho de 1866: «Como o anno passado ganhei no negócio da fava perto de 50% e como tãobem ha agora aqui bastantes letras para Londres é a razão porque não me faz conta mandar dinheiro para essa Ilha para comprar letras do Snr. Dabney, porque estou comprando fava e quando houver dinheiro de mais, daqui em diante não faltarão letras [...]»

⁷⁵ Cf. Fátima Sequeira Dias, *Um Percurso de Sucesso...*, cit., cap. III.

⁷⁶ BPAPD, fundo do tabelionato de Ponta Delgada, *Livro de notas de Luis Maria Moraes*, liv. 2417, fls. 74 a 75 v.º

⁷⁷ Arquivo Bensaúde & C^a, *Livro de registo de correspondência expedida*, 1865-1867, fls. 12-13, 137-138 e 212-214.

⁷⁸ BPAPD, Tribunal de Ponta Delgada, *Processos orfanológicos*, n.º 5110, ms. 121, 1869.

O inventário dos seus bens é calculado em réis insulanos, registando-se a existência de bens móveis, géneros, jóias, títulos, dívidas activas e dinheiro em caixa nas ilhas de São Miguel e do Faial na importância de 251 832\$031 e em dívidas passivas 3964\$423, sendo calculado o líquido para dividir pela viúva e herdeiros em 247 897\$608.

Os móveis e diversos bens da sua moradia na cidade da Horta (itens 1 a 32) são avaliados em 3147\$982, enquanto as existências nos seus estabelecimentos (itens 33 a 85) ascendem a 48 004\$002. As propriedades urbanas, localizadas na freguesia da Matriz da Horta (itens 142 a 148) são avaliadas em 29 000\$000.

Na ilha de São Miguel as existências comerciais (itens 86 a 118) são avaliadas em 18 564\$557 e as jóias (itens 119 a 141) em apenas 258\$000. Existia na altura em caixa a importância de 4026\$648. As dívidas activas (itens 147 a 255) ascendiam a 125 975\$748. Entre essas deve distinguir-se a importância de 30 499\$000 relativa a compras de fava, trigo e milho, a cargo da casa Salomão Bensaúde e Filho; o débito desta empresa, calculado em 8392\$150; o de Naphtaly Levy, na importância de 16 044\$760; o da Companhia Vendedora de Tabaco Regalia, de 3332\$500; o de Mimon Abohot e Filho da Terceira, de 2800\$000; o da Companhia Vendedora de Tabaco Regalia, de 55 306\$176; o de William McAndrew & Sons, de 1239\$560; o de Roberto Augusto Mesquita Henriques, do Faial, de 3192\$342; finalmente, o de 92 pequenos clientes, na importância de 5159\$260. As dívidas passivas, por seu turno, eram insignificantes e recentes. Somavam 3964\$423, cabendo a Abraão Bensaúde, seu genro, a quantia de 625\$300 (relativa a despesas com o enterro), a João Manuel de Sousa 1280\$230 e a restante importância a pagar a vários indivíduos.

A herança, na importância de 247 897\$608, foi dividida em duas partes iguais: metade para a viúva, D. Raquel Bensaúde, e a outra metade dividida igualmente pelos cinco filhos, cabendo 24 789\$760 a cada um.

Registe-se a fraca importância dos bens pessoais em relação às existências e às dívidas activas da empresa. O recheio da sua casa e as jóias não chegavam aos 3500\$000. De registar também o valor duas vezes superior das existências na casa comercial faialense em relação à casa micalense. A acumulação dessas existências teria a ver, quanto a nós, quer com a falta de dinamismo do estabelecimento faialense, quer com a diminuição das oportunidades de negócio naquela ilha. De resto, as dívidas activas da empresa concentravam-se na casa micalense, indiciando a importância das suas actividades. A menor importância das existências desse estabelecimento em relação ao da ilha do Faial tem a ver com uma eficiente estruturação das vendas. Os créditos da empresa ascendiam a mais de 125 contos de réis. A quase totalidade dessas dívidas activas concentrava-se em meia dúzia de negociantes. Elas tinham-se destinado não só a financiar a compra de cereais e legumes, como também a

suportar o comércio de redistribuição insular. No entanto, Elias Bensaúde, a par dos seus negócios de grosso trato, mantinha uma importante actividade retalhista, como se pode verificar pela existência dos seus 92 devedores de uma quantia inferior a 4 contos de réis — produto de vendas a crédito.

4. Concluindo, podemos dizer que Elias Bensaúde conseguiu uma posição de domínio no comércio de redistribuição insular, quer pelo aproveitamento de redes de comércio já estruturadas — beneficiando dos tráfegos da navegação inglesa destinados às ilhas e beneficiando das ligações estabelecidas com os agentes comerciais britânicos —, quer pelo aproveitamento das sucessivas conjunturas de expansão de preços alcançados pela laranja no mercado britânico.

A dimensão dos negócios de Elias Bensaúde, localizados nas ilhas de São Miguel, Faial e Terceira e nas cidades de Lisboa, Manchester e Londres, a diversidade dos seus investimentos, canalizados para estabelecimentos de fazendas e de quinquilharias, para mercearias, para a Companhia Vendedora de Tabacos Regalia de Lisboa, para a aquisição de prédios urbanos e para as «especulações» de géneros agrícolas podem explicar a longevidade da sua empresa e o seu progressivo afastamento dos concorrentes.

A vontade de proporcionar uma educação de elite aos filhos e às filhas, a procura de «bons casamentos» para eles e ainda a importância do património legado em herança podem atestar o valor atribuído à família e a consciência de estar a forjar uma dinastia⁷⁹.

De salientar que restam alguns enigmas difíceis de explicar, como a inexistência de negócios com estrangeiros desde 1859 e a marginalidade do mercado continental nos seus negócios.

Também os passos empresariais de Elias Bensaúde nem sempre são passíveis de uma cabal explicação. A não preservação dos livros de contabilidade das empresas contemporâneas não nos permite datar o progressivo afastamento do empresário dos seus concorrentes, bem como não nos aconselha a exaltar as suas «virtudes», porquanto ainda desconhecemos os percursos e as condutas empresariais dominantes no tecido económico insular de Oitocentos. No entanto, não estamos longe da verdade quando defendemos que dirigir, calcular e tomar decisões caracterizaram a conduta empresarial de Elias Bensaúde.

Pode dizer-se, concluindo, que os negócios de Elias Bensaúde foram o reflexo da hegemonia da «economia da laranja» no arquipélago. É certo que os seus negócios dependiam do comportamento da «economia da laranja»,

456 ⁷⁹ Cf. Fátima Sequeira Dias, *Uma Estratégia de Sucesso Numa Economia Periférica...*, cit., cap. vi.

mas, ao mesmo tempo, eles também contribuíram para reforçar a importância dessa mesma economia no tecido insular, pelo estímulo ao consumo e pelo aprofundamento da integração económica nas ilhas, tendo residido nessa dualidade, quanto a nós, a prosperidade da sua casa comercial.

BIBLIOGRAFIA

- ANGIOLINI, Franco, e Daniel Roche, *Cultures et formations négociantes dans l'Europe moderne*, Paris, EHESS, 1995.
- BALL, J. N. *Merchants and merchandise*, Londres, Croom Helm, 1977.
- ALFRED D. Chandler, Jr., *La main visible. Des managers. Une analyse historique* (1977), Paris, Economica, 1988.
- CHAPMAN, Stanley, *Merchant enterprise in Britain*, Cambridge University Press, 1992.
- DIAS, Fátima Sequeira, «Afirmção e decadência de uma elite comercial: a comunidade israelita dos Açores durante o século XIX», in *Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira*, SRTC, Centro de Estudos de História de Atlântico, 1993.
- DIAS, Fátima Sequeira, *Uma Estratégia de Sucesso Numa Economia Periférica. A Casa Bensaúde e os Açores, 1800-1873*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura (no prelo).
- DIAS, Fátima Sequeira, «A importância da 'economia da laranja' no arquipélago dos Açores durante o século XIX», separata de *Arquipélago*, revista da Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1995.
- DIAS, Fátima Sequeira, «As razões da penetração comercial da empresa «Salomão Bensaúde e Companhia (1835-1847) na ilha do Faial», separata do *Colóquio «O Faial e a periferia açoriana nos séculos XV a XIX»*, Núcleo Cultural da Horta, 1995.
- Entrepreneurship and the transformation of the economy (10th-20th centuries)*, Leuven University Press, 1994.
- GOUGH, J. W., *The Rise of the Entrepreneur*, Londres, B. T. Batsford, Ltd., 1969.
- JEFFERYS, James B., *Retail Trading in Britain, 1850-1950*, Cambridge University Press, 1954.
- JONES, Charles A., *International Business in Nineteenth Century. The Rise and Fall of a Cosmopolitan Bourgeoisie*, Wheatsheaf Books, Ltd., 1987.
- JONES, Geoffrey, e Mary Rose (ed.), *Family Capitalism*, Londres, Frank Cass, 1993.
- MATHIAS, Peter, *Retailing Revolution*, Londres, Longmans, 1967.
- PAYNE, P. L., *British Entrepreneurship in the Nineteenth Century*, Macmillan, 1974.
- WILSON, R. G., *Gentlemen Merchants, the Merchant Community in Leeds, 1700-1830*, Manchester University Press, 1971.

ANEXOS

Todas as importâncias mencionadas são relativas a réis insulanos ou réis fracos, que tinham um ágio de 25% sobre as moedas continentais, os réis fortes.

Apenas quantificámos as compras e as vendas de mercadorias efectuadas pela casa de Elias Bensaúde (tecidos, géneros de mercearia, quinquilharias, géneros agrícolas e letras de câmbio).

Não se quantificaram os custos dos transportes, as comissões pagas, os seguros e o pagamento dos direitos alfândegários.

Não se incluíram nos quadros as transacções da casa de Elias Bensaúde com William McAndrew & Sons e com João Manuel de Sousa, porque foram quantificadas em separado.

ANEXO I

Os cinco principais devedores da firma Elias Bensaúde, 1848-1868

[QUADRO I]

	Ano de 1849		Ano de 1850		Ano de 1851		Ano de 1852		Ano de 1853		Ano de 1854		Ano de 1855	
	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito
Moisés Bensimole	1 389 142	—	2 417 379	—	2 362 621	—	771 892	—	2 542 275	—	1 609 314	5 040	11 248 164	—
Mimão Abohobot	—	—	3 903 661	185 600	22 295 657	—	952 943	—	1 813 005	—	—	—	—	—
Moisés Sabat	1 543 359	—	1 630 444	—	1 318 600	—	774 933	—	1 913 359	—	13 812	—	2 412 415	—
Elias Bensaúde (sócio)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
João dos Reis e Silva .	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<i>Total</i>	2 932 501	—	7 951 484	185 600	25 976 878	—	2 499 768	—	6 268 639	—	1 623 126	5 040	13 660 579	—
	Ano de 1856		Ano de 1857		Ano de 1858		Ano de 1859		Ano de 1860		Ano de 1861		Ano de 1862	
	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito
Moisés Bensimole	2 073 000	—	3 106 401	—	1 608 620	—	22 100	—	—	—	—	—	—	—
Mimão Abohobot	—	—	221 760	—	314 965	—	—	144 000	—	—	461 731	—	—	216 477
Moisés Sabat	1 449 530	—	1 215 345	—	97 376	—	—	—	461 119	—	822 513	—	—	—
Elias Bensaúde (sócio)	—	—	—	—	—	—	37 905	—	67 350	—	287 781	—	363 832	—
João dos Reis e Silva .	—	—	—	—	—	—	—	—	110 700	—	8 336 251	—	3 498 425	—
<i>Total</i>	3 522 530	—	4 543 506	—	2 020 961	—	60 005	144 000	639 169	—	9 908 275	—	3 862 257	216 477
	Ano de 1863		Ano de 1864		Ano de 1865		Ano de 1866		Ano de 1867		Ano de 1868		Total	
	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito
Moisés Bensimole	—	—	—	—	—	—	—	—	1 353 036	—	83 320	—	30 587 264	—
Mimão Abohobot	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	29 963 722	—
Moisés Sabat	—	—	—	—	—	—	—	—	822 513	—	—	—	13 652 805	—
Elias Bensaúde (sócio)	593 701	—	4 652 086	—	3 967 869	—	1 525 864	—	287 781	—	363 832	—	12 118 592	—
João dos Reis e Silva .	—	—	—	—	—	—	—	—	8 336 250	—	3 498 425	—	11 945 375	—
<i>Total</i>	593 701	—	4 652 086	—	3 967 869	—	1 525 864	—	9 908 275	—	3 862 257	—	98 267 758	—

Fonte: Arquivo Bensaúde, *livro-mestre*, 1848-1868 (cota 40).

[QUADRO II]

	Ano de 1850		Ano de 1851		Ano de 1852		Ano de 1854		Ano de 1855		Ano de 1856	
	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito
João George Adam	-	1 140 000	-	-	-	8 575 000	19 190	15 354 300	247 000	17 247 500	74 360	4 070 000
Directores C. ^a Boa Fé	-	8 823 443	-	2 280 000	-	6 292 450	-	-	-	-	-	-
Eduardo Rodrigues	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11 200 000	-	-
Directores C. ^a Esperança . .	-	-	-	-	-	-	-	7 560 000	-	-	-	-
António Gaspar Henriques .	-	290 000	-	5 700 000	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Total</i>	-	12 863 443	-	7 980 000	-	14 867 450	19 190	22 914 300	247 000	28 447 500	74 360	4 070 000
	Ano de 1858		Ano de 1859		Total							
	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito						
João George Adam	-	504 000	-	1 680 000	340 550	53 106 800						
Directores C. ^a Boa Fé	-	-	-	-	-	17 395 893						
Eduardo Rodrigues	-	-	-	-	-	11 200 000						
Directores C. ^a Esperança . .	-	1 120 000	-	1 942 500	-	10 622 500						
António Gaspar Henriques .	-	-	-	-	-	8 600 000						
<i>Total</i>	-	6 160 000	-	3 622 500	340 550	100 925 193						

Fonte: Arquivo Bensaúde, *livro-mestre*, 1848-1868 (cota 40).

ANEXO II

Volume de créditos e débitos de mercadorias da firma Elias Bensaúde, 1848-1868

[QUADRO III]

Anos	Crédito	Débito
1848	919 560	—
1849	10 672 217	—
1850	17 143 957	14 032 613
1851	40 395 754	11 060 350
1852	4 600 759	14 867 450
1853	17 123 878	290 000
1854	4 194 108	24 162 645
1855	30 615 673	29 218 750
1856	10 248 990	6 690 920
1857	10 710 745	795 621
1858	6 750 343	8 973 200
1859	3 076 118	3 766 500
1860	6 995 393	474 000
1861	21 188 227	350 640
1862	12 194 623	970 992
1863	7 223 707	776 085
1864	10 491 516	952 815
1865	9 026 704	829 435
1866	8 253 880	897 975
1867	5 784 018	794 000
1868	1 339 108	191 735
<i>Total</i>	238 949 278	120 095 756

Fonte: Arquivo Bensaúde, *livro-mestre*, 1848-1868 (cota 40).

ANEXO III

Volume de créditos e débitos de mercadorias, por categorias de clientes e fornecedores, da firma Elias Bensaúde, 1848-1868

[QUADRO IV]

Anos	Portugueses		Judeus		Estrangeiros		Totais	
	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito
1848	919 560	—	—	—	—	—	919 560	—
1849	1 274 166	—	9 398 051	—	—	—	10 672 217	—
1850	2 986 133	11 723 443	14 157 824	1 169 200	—	1 140 000	17 143 957	14 032 643
1851	4 508 926	9 200 220	35 886 828	1 860 130	—	—	40 395 754	11 060 350
1852	614 109	6 292 450	3 986 650	—	—	8 575 000	4 600 759	14 867 450
1853	2 834 825	—	14 289 053	290 000	—	—	17 123 878	290 000
1854	786 057	7 560 000	3 388 861	1 248 345	—	15 354 300	4 174 918	24 162 645
1855	2 813 230	11 200 000	27 555 443	771 250	19 190	17 247 500	30 387 863	29 218 750
1856	2 751 694	72 720	7 422 936	110 200	247 000	6 508 000	10 421 630	6 690 920
1857	1 465 419	—	9 245 326	795 621	74 360	—	10 785 105	795 621
1858	4 289 549	1 133 200	2 460 794	—	—	7 840 000	6 750 343	8 973 200
1859	2 934 127	1 942 500	141 991	144 000	—	1 680 000	3 076 118	3 766 500
1860	5 850 948	300 000	1 144 445	174 000	—	—	6 995 393	474 000
1861	18 025 435	300 000	3 162 792	50 640	—	—	21 188 227	350 640
1862	10 593 020	300 000	1 601 603	670 992	—	—	12 194 623	970 992
1863	4 367 103	592 200	2 856 604	183 885	—	—	7 223 707	776 085
1864	4 968 506	376 330	5 523 010	576 485	—	—	10 491 516	952 815
1865	4 916 453	363 545	4 110 251	465 890	—	—	9 026 704	829 435
1866	4 061 474	482 585	4 192 406	415 390	—	—	8 253 880	897 975
1867	2 279 320	407 000	3 504 698	387 000	—	—	5 784 018	794 000
1868	1 212 568	191 735	126 540	—	—	—	1 339 108	191 735
Totais	84 452 622	52 437 928	154 156 106	9 313 028	340 550	58 344 800	238 949 278	120 095 756

Fonte: Arquivo Bensaúde, Livro-mestre, 1848-1868 (cota 40).

ANEXO IV

Volume de créditos e débitos, por área geográfica, da firma Elias Bensaúde, 1848-1868

[QUADRO V]

Anos	Terceira		Lisboa		S/r	
	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito
1848	—	—	—	—	—	—
1849	263 386	—	—	—	—	—
1850	4 491 698	325 600	—	—	—	—
1851	22 295 657	—	—	1 843 730	—	—
1852	952 943	—	—	—	—	—
1853	1 813 005	—	—	—	—	—
1854	—	—	—	—	—	—
1855	—	—	—	—	—	—
1856	1 615 578	—	—	—	—	—
1857	221 760	—	—	—	—	—
1858	314 965	—	—	—	—	—
1859	—	144 000	—	—	84 000	—
1860	—	—	—	—	—	—
1861	461 731	—	—	—	156 000	—
1862	135 600	216 477	—	—	997 184	—
1863	387 913	—	—	—	689 358	—
1864	528 318	—	—	—	1 011 054	10 350
1865	2 400	—	—	—	520 637	—
1866	2 008 682	—	—	—	649 888	—
1867	6 710	—	—	—	616 708	—
1868	1 128 000	—	—	—	—	—
Totais	36 628 376	686 077	—	1 843 730	4 724 829	10 350

Fonte: Arquivo Bensaúde, *livro-mestre*, 1848-1868 (cota 40).

ANEXO V

Volume de créditos e débitos, por área geográfica, da firma Elias Bensaúde, 1848-1868

[QUADRO VI]

Anos	São Jorge		São Miguel		Santa Maria	
	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito
1848	—	—	919 560	—	—	—
1849	—	—	10 408 831	—	—	—
1850	—	—	12 652 259	13 707 043	—	—
1851	—	—	17 615 974	9 216 620	—	—
1852	—	—	3 632 796	14 867 450	—	—
1853	—	—	15 310 873	290 000	—	—
1854	—	—	3 998 508	24 162 645	—	—
1855	—	—	30 088 359	29 218 750	—	—
1856	—	—	7 732 577	6 690 920	—	—
1857	—	—	10 100 959	795 621	—	—
1858	111 670	—	3 832 093	8 960 000	97 165	—
1859	—	—	2 606 625	3 622 500	—	—
1860	181 590	—	4 443 088	474 000	127 300	—
1861	—	—	14 157 163	350 640	—	—
1862	293 641	—	9 157 632	754 515	358 857	—
1863	40 166	—	5 752 930	776 085	—	—
1864	103 800	—	8 796 984	942 465	—	—
1865	65 869	—	6 363 547	829 435	—	—
1866	191 703	—	5 262 639	897 975	159 728	—
1867	112 534	—	3 967 348	791 000	1 080 688	—
1868	—	—	211 108	191 735	—	—
<i>Totais</i>	1 100 973	—	177 011 853	117 542 399	1 823 738	—

Fonte: Arquivo Bensaúde, *livro-mestre*, 1848-1868 (cota 40).

ANEXO VI

Volume de créditos e débitos, por área geográfica, da firma Elias Bensaúde,
1848-1868

[QUADRO VII]

Anos	Faial		Flores		Graciosa	
	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito
1848	-	-	-	-	-	-
1849	-	-	-	-	-	-
1850	-	-	-	-	-	-
1851	-	-	-	-	484 123	-
1852	-	-	-	-	15 020	-
1853	-	-	-	-	-	-
1854	-	-	195 600	-	-	-
1855	-	-	527 314	-	-	-
1856	-	-	900 835	-	-	-
1857	352 026	-	-	-	-	-
1858	-	-	2 394 450	13 200	-	-
1859	-	-	-	-	385 493	-
1860	-	-	2 112 010	-	131 405	-
1861	121 315	-	2 073 532	-	4 218 486	-
1862	356 847	-	281 032	-	615 190	-
1863	265 380	-	-	-	137 960	-
1864	-	-	-	-	-	-
1865	-	-	1 865 162	-	209 089	-
1866	-	-	-	-	17 240	-
1867	-	-	-	-	-	-
1868	-	-	-	-	-	-
Totais	1 095 568	-	10 349 935	13 200	6 214 006	-